



A casa ecológica

As alterações climáticas entraram finalmente na agenda política e económica. Com o preço da energia a disparar para níveis cada vez mais elevados, e as notícias sobre as evoluções climáticas a serem cada vez mais alarmantes, a Europa está a implementar um sistema de eficiência energética que pretende reduzir a dependência dos combustíveis fósseis e diminuir a emissões de carbono para a atmosfera. Um dos sectores em que está a intervir é na construção civil, melhorando a eficiência energética dos edifícios a construir e reabilitar, quer se trate de edifícios de habitação, quer de serviços. Com este objectivo foi publicada em 2003 uma Directiva Comunitária que obriga os estados membros a melhorar o desempenho energético destas construções, ao nível do conforto térmico, e do consumo de águas quentes.

Em Portugal, com o recurso cada vez maior a equipamentos de ar condicionado, os edifícios tornaram-se, nos últimos anos, nos maiores consumidores de electricidade do país, e é neles que se coloca o maior desafio para o aumento da eficiência energética. Actualmente são instalados 100 000 novos equipamentos de ar condicionado por ano, o que deu lugar a um aumento do consumo de electricidade para controlo do ambiente interior, muito superior à média nacional.

Com as novas regras de construção pretende-se reduzir o consumo energético dos edifícios entre 30 e 70 por cento. Tal como já acontecia com o anterior regulamento, os novos edifícios ou os edifícios em processo de reabilitação têm de ser integralmente revestidos com material isolante térmico, mas agora, as pontes térmicas, isto é, a zona de vigas e pilares, tem também de ser revestida com material isolante. As paredes e pavimentos em contacto com zonas não aquecidas, como garagens e arrecadações, também passam a ter de ser isolados. As portas e janelas, devem de ser certificadas, tendo para isso de conter um selo que ateste a sua classe de eficiência. A renovação do ar no interior dos edifícios tem de ser controlada através de um sistema de grelhas, para que se evite as perdas térmicas através do excesso de ventilação. Passa também, obrigatoriamente, a ter de se instalar painéis solares para a produção de águas quentes sanitária, desde que a cobertura tenha uma vertente virada a Sul. Isto é, em pelo menos metade destes edifícios vão ter de ser instalados, obrigatoriamente, painéis solares.

A aprovação dos novos projectos de conforto térmico, por enquanto ainda é feita pelas Câmaras Municipais, mas, tanto quanto se sabe, dentro de algum tempo passará para a responsabilidades de entidades autónomas, onde serão verificados por peritos, como acontece com os projectos de gás. A execução do projecto de conforto térmico, será posteriormente alvo de fiscalização e peritagem em obra.

As características da eficiência energética de cada edifício, ou de cada fracção autónoma, passará a ser expressa através de um sistema de etiquetagem, semelhante à dos electrodomésticos, no qual é mencionada a classe de eficiência, o valor do consumo anual de energia, e a respectiva emissão de carbono. E se o valor previsto para o consumo de energia for ultrapassado, que ninguém se admire se receber uma conta de electricidade bastante acima daquilo que estaria à espera.

Este sistema de certificação energética dos edifícios já está em vigor em alguns países da Europa, onde muitos empreendimentos imobiliários já estão credenciados como *Edifícios Verdes e Carbono Zero*. Além de elevados níveis de conforto e de qualidade ambiental, apresentam baixos consumos de energia, incorporação de energias renováveis e redução de consumos de água.

O público interessado ou os profissionais da construção civil que pretendam saber mais sobre o assunto, podem consultar no sitio da Quercus na internet, o projecto «ecocasa»; podem pedir informações ao LNEC; ou podem entrar em Almbi.net e enviar-nos uma mensagem. Nós responderemos.

25/03/2007